

-----ACTA 22/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 20 de Setembro de 2010-----

-----Aos vinte dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Vereador Francisco Maurício, colocou duas questões, a primeira referente ao afastamento da professora Alda Leandro da Coordenação das Piscinas Municipais, a qual passo a transcrever:-----

-----"REQUERIMENTO nº 02/2010-----

-----Francisco Manuel Maurício do Rosário, Vereador do MICA - Vereador Independente do Concelho de Almeirim, em exercício de funções no Executivo Municipal, de acordo com o estipulado na alínea s) do nº1, do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, que alterou a Lei 169/99 de 18 de Setembro, e as exigências de vinculação, no exercício das suas funções e competências, ao cumprimento previsto no artº 4º da Lei 29/87 de 30 de Junho, nomeadamente:-----

-----a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:-----

-----i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse publico:-----

-----"Salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva Autarquia";-----

-----Ora questiono:-----

-----Não é verdade que estamos face a uma funcionária competente e dedicada que tem o apoio de todos, o que até já levou esta Câmara a enaltecer, publicamente, o seu trabalho?-----

-----Não se estará a deixar constituir um lobby de influência naquele complexo?-----

-----Há responsáveis a recibo verde e em acumulação com outras piscinas, doutro Município?-----

-----O que é levou, realmente, ao afastamento da professora Alda Leandro da Coordenação das Piscinas Municipais?"-----

-----A segunda questão colocada foi a seguinte:-----

-----"Sinalética da Cidade.-----

-----Gostaria de ser informado sobre o andamento do processo de renovação da sinalética do Concelho. Entendo que é um assunto que merecia mais empenhamento e celeridade na sua resolução."---

-----O Senhor Presidente respondeu ao Vereador representante do MICA, que relativamente à questão da Professora Alda Leandro, o informará por escrito.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso esclareceu que em relação à sinalética, já foi realizada a reunião onde foram entregues os projectos, e que se está a aguardar resposta.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: --

-----Ana Rita da Silva Neves Edvardsen, sessenta e quatro de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Maria Odete Batista Hipólito, trinta e sete de dois mil e dez.-----

-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21.08.2006, RELATIVAMENTE À VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITAS POR DÉBITO À TESOURARIA DE TRANSMISSÃO E LOTES DE RENIT PARA CITATION E POR NÃO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PREVISTOS NO RZAE, DE ACORDO COM PARECER JURIDICO ANEXO - Foi presente a informação do Consultor Jurídico, Dr. Vítor Baptista, do seguinte teor:"Acção com Renit - Citation - Pelo Sr. Presidente foi-me solicitado preparar acção judicial visando obter o pagamento por parte da RENIT ou da CITATION das compensações fixadas nos termos dos artigos 46º nº 1 e 54º nº 5 do RZAE.-----

-----Estas compensações, face ao RZAE, têm diferente natureza jurídica dado que a primeira, considerando a possibilidade da sua virtualização mediante débito ao tesoureiro, poder-se-á dizer que, por poder ser entendida como uma sanção administrativa, assume a natureza de receita extra-fiscal, ficando, assim, sujeita ao regime fiscal, ao passo que a última, por não estar prevista aquela possibilidade, assumirá natureza de mera sanção contratual.-----

-----Esta distinção é de capital importância porque, enquanto a primeira poderá beneficiar do privilégio de execução prévia e,

não sendo paga e efectuada a virtualização, pode ser imediatamente cobrada através de execução fiscal e também impugnada judicialmente nos tribunais fiscais (no caso a TAF), a segunda carece de acção judicial, a interpor nos tribunais comuns (no caso, o da Comarca de Almeirim) visando obter condenação no pagamento e só após essa sentença e não sendo efectuado o pagamento, é possível o recurso à via executiva.-----

-----Ora, a deliberação camarária de 21.08.2006 decidiu efectuar a virtualização de ambas, carece manifestamente de base legal para o fazer no tocante à compensação prevista no artº 54º nº 5, sendo igualmente questionável a legalidade da norma do nº 2 do artº 46º do RZAE que prevê a virtualização da sanção pecuniária prevista no nº 1.-----

-----Por outro lado, ainda que ilegalmente virtualizadas, enquanto assim permanecerem essas receitas não podem ser reclamadas senão através de execução fiscal, com o consequente risco (para não dizer certeza) de as mesmas virem a ser impugnadas com base nessa mesma ilegal virtualização.-----

-----Impõe-se, assim, que, para que possa ser interposta acção judicial no Tribunal da Comarca para reclamar o pagamento das referidas quantias, há que ponderar a revogação a deliberação supra referida.-----

-----Assim, duas hipóteses se podem colocar:-----

-----1 - A revogação parcial da deliberação de 21.08.2006, apenas na parte relativa à compensação prevista no nº 5 do artº 54º, por ser essa que, manifestamente, não tem sequer previsão na letra do RZAE (artº 54º);-----

-----2 - A revogação da deliberação citada, também na parte relativa à sanção pecuniária prevista no nº 1 do artº 46º, revogando-se, assim, totalmente aquela deliberação, com fundamento em que, apesar de constar do RZAE, essa norma sendo de duvidosa legalidade é aconselhável a sua revogação, considerando não apenas a futura propositura da acção, mas também considerando a que está em curso no TAF;-----

-----Em complemento, nesta hipótese, poderá a Câmara também

deliberar proceder à alteração dos nºs 1 e 2 do artº 46º, com a consequente alteração ao RZAE.-----

-----Na primeira hipótese, a acção a interpor no Tribunal de Almeirim apenas poderá reclamar o pagamento da compensação devida nos termos do nº 5 do artº 54º no montante de 172.013,43€, pela transmissão dos lotes nºs 61, 62 e 63. Na segunda hipótese, a acção reclamará o valor supra e ainda o montante devido pela não construção dentro do prazo contratual e regulamentar previsto no nº 1 do artº 46º no montante de 262.343,95, sendo assim, a acção no valor total de 434.357,38€.

-----Cumpre à Câmara a opção."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que se volta a repetir o facto do assunto não vir capeado de uma proposta elaborada por um membro do Executivo, que nestes termos não se sabe o que vai ser votado.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que deverá ser feita outra diligência, porque a feita anterior foi indevida. O Vereador Aranha Figueiredo retorquiu que quanto a isto não tem duvidas, o que na verdade quer saber é o que é se vai votar.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que a dúvida principal, é que quando este assunto foi a uma anterior reunião, votou a favor, por não conhecer a essa altura os pareceres emitidos pelo Dr., e que na altura a Senhora Vereadora da CDU, talvez por estar mais desperta para os mesmos se absteve. Disse ainda que a Câmara vai sair prejudicada, por um amadorismo confrangedor.-----

-----Foi deliberado retirar este ponto para debate numa próxima reunião, com a presença do Dr. Vítor Batista.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS CULTURAIS, RECREATIVOS E SOCIAIS - Foi presente a proposta do Senhor Vereador José Carlos, relativa à atribuição de subsídios Culturais, Recreativos e Sociais para a época 2010/2011, que a seguir transcrevo:-----

-----"Banda Marcial de Almeirim - 1.500,00€;-----
-----Orfeão de Almeirim - 1.200,00€;-----
-----Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim - 1.100,00€;-
-----Rancho Folclórico Velas Guardas de Almeirim - 1.100,00€;---
-----Rancho F. Adulto de Fazendas de Almeirim - 1.100,00€;-----
-----Rancho F. Infantil de Fazendas de Almeirim - 1.100,00€;----
-----Rancho F. Velhas Guardas de Faz. de Almeirim - 1.100,00€;--
-----Rancho Folclórico "Os Camponeses da Raposa" - 1.100,00€;---
-----Rancho F. Infantil "Os Camponeses da Raposa" - 1.100,00€;--
-----Rancho Folclórico de Paço dos Negros - 1.100,00€;-----
-----Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo - 1.100,00€;-----
-----Rancho F. Infantil de Benfica do Ribatejo - 1.100,00;-----
-----Lar do Centro Paroquial - 1.870,50€;-----
-----Lar S. João Batista - 1.870,50€;-----
-----Grupo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Almeirim - 1.000,00€;-----
-----Grupo de D. B. Sangue de Benfica do Ribatejo - 1.000,00€;--
-----Os Maduros do Folclore dos Cortiços - 1.100,00€;-----
-----Confraria Gastronómica de Almeirim - 1.100,00€;-----
-----Associação Recreativa e Cultural Ribatejana - Marchas de Benfica - 500,00€.-----
-----Associação de Defesa do Pat. Hist.-Cultural - 1.100,00€.---
-----Estes subsídios são atribuídos anualmente.-----

-----Valores de subsídios a atribuir a entidades, com as quais existem Protocolo, e que são atribuídos mensalmente:-----

-----Orfeão de Almeirim - 500,00€;-----
-----Banda Marcial de Almeirim - 1.200,00€;-----
-----Grupo de Teatro da Banda Marcial de Almeirim - 500,00€;----
-----Grupo Dança e Dramatização "Arco Íris" - CRIAL - 150,00€;--

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, questionou o facto da Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural não estar incluída na proposta de atribuição de subsídios, ao que o Senhor Vereador José Carlos respondeu, que de facto, foi por lapso e que deveria estar incluída, até porque em anos anteriores já foi atribuído subsídio.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção da CDU e do MICA. Foi incluída, na proposta inicial, a atribuição de 1.100,00 € anuais à Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural, por proposta do MICA.-----

-----O Vereador do MICA fez a seguinte Declaração de Voto:" O MICA abstém-se de votar esta proposta face à inexistência de um Regulamento que fundamente, com critério definido, o montante a atribuir a cada uma das Instituições. Estes subsídios são atribuídos com discricionariedade e sem qualquer rigor ou fundamento.-----

-----Estamos perante uma verba de 51.441,00 €, quanto ao Movimento que represento, irrisória se considerarmos as actividades desenvolvidas e desproporcionada em relação aos subsídios desportivos (muito menos de 20% do que nos vai ser proposto).-----

-----O MICA exige que seja rapidamente elaborado um documento para regulamentar esta atribuição de apoios."-----

-----O Senhor Vereador da CDU, ditou a seguinte Declaração de Voto:"Abstenho-me, primeiro porque não se percebe na leitura dos documentos quais os critérios para atribuição de subsídios. Em segundo lugar, porque estão envolvidas verbas significativas do erário público, e não pondo em causa a boa vontade da Câmara, penso que não devem ser entregues, sem haver um contrato programa com a Câmara. O que estamos a aprovar é ilegal. Falo do contrato programa, para não dizer Regulamento, para saber quais os deveres das instituições perante a Câmara. Também não ponho,

nunca, em causa a honorabilidade dos dirigentes desportivos, mas é importante saber onde são aplicados os dinheiros públicos, pelo qual devemos ter todo o respeito".-----

-----Disse ainda o mesmo Vereador que:-----

-----"Pelo facto da proposta não ter qualquer elemento informativo quanto à prática da actividade do ano passado, deveria ser apresentado ao Executivo uma prestação de contas, devendo esta ser acompanhado por um Plano de Actividades que justifique o subsidio a atribuir. Não está aqui em causa qualquer processo de intenção a qualquer dirigente. Temos que reconhecer, que sendo um trabalho em prol da sociedade, se deve dar contas de onde é que o dinheiro é usado."-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIOS A CLUBES E ASSOCIAÇÕES - Foi presente a proposta da Drª Sandra Isabelinha, relativa à atribuição de subsídios a Clubes/Associações.-----

-----Este assunto foi retirado a Ordem de Trabalhos, para uma próxima reunião, para que esteja presente a Drª Sandra Isabelinha.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA PARA O ANO LECTIVO DE 2010/2011, PARA AS SALAS DE AULA DO 1º CICLO E JARDINS DE INFANCIA DO CONCELHO - Foi presente a reunião, pela Vereadora Fátima Cardoso, a proposta de atribuição de verba por sala de aula e por período para Expediente e Limpeza referente ao Ano Lectivo 2010/2011, para o Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim e Agrupamento Febo Moniz.-----

-----A Senhora Vereadora Maria Emília informou o Executivo, de que a verba anteriormente atribuída era de 100€, mas que este ano e depois de reunião efectuada, foi combinado propor a importância de 125€ por sala e por período.-----

-----Posta esta proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - LARGO GENERAL GUERRA - Foi lida a proposta do seguinte teor:" Em cumprimento do nº1 do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, proponho a aprovação da minuta do contrato de "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Largo General Guerra".-----

-----Posta a minuta do contrato a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO DO ENTENDIMENTO ENTRE A CAMARA E FRANCISCO MANUEL MINDRICO PARA DEMOLIÇÃO DO SEU PREDIO EM RUINAS, FRENTE AO TRIBUNAL - Foi presente a proposta do Senhor Presidente, que a seguir é transcrita:-----

-----"Considerando o estado altamente degradado em que se encontra este prédio;-----

-----Considerando que em nada dignifica a Cidade;-----

-----Considerando que, dada a sua localização em frente do Tribunal, a sua utilização para Almeirim, pode ser bastante útil;-----

-----Considerando que, a sua demolição muito requalifica a Cidade;-----

-----Propõe-se que seja aceite o seguinte acordo com o proprietário:-----

-----1-A Câmara assegura a demolição do edifício em ruínas;-----

-----2-Em contrapartida poderá utilizar o espaço pelo período de 5 anos."-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----ALTERAÇÃO DA REDACÇÃO DO ARTIGO 5º DO PDM - A Câmara tomou conhecimento da proposta a enviar à Assembleia Municipal, relativa à alteração da redacção do artigo 5º do Regulamento do PDM, do seguinte teor:"Com o objectivo de apresentação de proposta de aprovação da alteração ao artigo 5º do Regulamento do PDM pela Assembleia Municipal nos termos do nº 1 do artigo 79º do Decreto Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, anexo fotocópias dos elementos essenciais do processo:-----

-----1-Deliberação do Executivo Municipal de mandar elaborar a alteração ao PDM com o Relatório de Fundamentação da alteração, o Relatório de Fundamentação da Isenção de Avaliação Ambiental Estratégica e a proposta municipal da nova redacção do artigo 5º.-----

-----2-Acta da Conferencia de Serviços de 10 de Dezembro de 2009 de acordo e pareceres das várias entidades intervenientes no processo, de acordo com o nº 2 do artigo 75º-C do Decreto Lei nº 46/2009 de 20/2.-----

-----3-Elementos finais do processo de alteração elaborados pelos serviços municipais no âmbito da reunião de Concertação (artigo 76º do Decreto Lei 46/2009), de acordo com o parecer da CCDRLVT constante na acta da conferencia de serviços referida.--

-----4-Acta da reunião de Concertação e parecer da CCDRLVT.-----

-----5-Certidão dos resultados do período de discussão de acordo com o nº 4 do artigo 77º do Decreto Lei nº 46/2009 de 20/2.-----

-----Parecer final da CCDRLVT nos termos do artigo 78º do mesmo diploma."-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI A APLICAR EM 2011 - Relativamente a este assunto foi presente a seguinte proposta, pelo Senhor Presidente:"Com base na faculdade que é concedida na alínea a) do nº 6 do artº 64 da lei 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela lei nº 5-A/2002 de 11 de

Janeiro de 2002 com respeito pela alínea a) do artº 10 da lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, com recurso ao Decreto Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro e suas alterações nomeadamente, lei nº 6/2006 de 27 de Fevereiro, lei nº 21/2006 de 23 de Junho e lei 53-A/2006 de 29 de Dezembro de 2006:-----

-----Se propõe ao Executivo Municipal que aprove as seguintes taxas para vigorar em 2011:-----

-----Segundo a alínea a) do nº1 do artº 112 - Prédios rústicos- 0,8%;-

-----Segundo a alínea b) do nº1 do artº 112 - Prédios urbanos - 0,7%;-

-----Segundo a alínea c) do nº 1 do artº 112 - Prédio urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,4%;-----

-----Observações: (Taxa igual ou inferior a 19 dos 21 Concelhos do Distrito.-----

-----Segundo o nº 8 do artº 112 - para prédios urbanos degradados que após respectivo levantamento se justifique, majoração de 30%;-----

-----Segundo o nº 9 do artº 112 - majoração de 50%.-----

-----Isenções/Reduções: não se propuseram mais reduções, por já estarem contempladas no zonamento para efeitos de avaliação fornecido pela Câmara às Finanças (coeficiente a aplicar nos critérios de avaliação: 0,6 - 0,7 - 0,8 - 0,9 - 1,0 sendo que 0,9 e 1,0 são aplicados só na Cidade de Almeirim).-----

-----Nota: Estas taxas são aplicadas sobre a matéria colectável determinada pelo governo em sede de OE, que contempla reduções."-----

-----Esta Proposta será adiante designada por Proposta A, sendo a proposta referente ao mesmo assunto, apresentada pelo MICA, designada de Proposta B.-----

-----PROPOSTA B:-----

-----"De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, no respeito pelo previsto no nº 5 e 1 do artº 112º do Dec. Lei nº 287/2003 - DR nº 262 de 12 de Novembro que aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis com as alterações da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, e considerando que existe uma distorção do

pagamento do IMI no Concelho, entre os edifícios novos e velhos, que prejudica os jovens no início de vida e todos aqueles que se queiram fixar no Concelho, propõe-se uma redução de cerca de 50%, da taxa dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o valor de 0,20%.-----

-----Propõe-se, pois, a aprovação para deliberação da Assembleia Municipal das seguintes taxas para vigorar em 2011:-----

-----*Ao abrigo da alínea a) do nº1 - prédios rústicos - 0,8%;--

-----*Ao abrigo da al. b) do nº1-prédios urbanos-taxa de 0,7%;--

-----*Ao abrigo da al. c) do nº 1-prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - taxa de 0,20%;-----

-----*Ao abrigo do nº 6 - redução de 20% nas localidades de Marianos; Paços dos Negros e restantes lugares denominados casais adjacentes a estes locais, na Freguesia de Fazendas de Almeirim, Monte da Vinha, Arneiro da Volta e restantes lugares, denominados casais, na Freguesia de Raposa, Foros de Benfica na Freguesia de Benfica e Tapada na Freguesia de Almeirim (como incentivo à reabilitação urbana e combate à desertificação destes locais);-----

-----*Ao abrigo do nº 7 e para todos os prédios urbanos arrendados da área do Município - redução de 10% não acumulável com a do nº 6;-----

-----*Ao abrigo do nº 8 majoração de 30% para prédios urbanos degradados que, após vistoria confirme tal degradação;-----

-----*Ao abrigo do nº 9 majoração de 50% para prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido, após vistoria confirme tal degradação."-----

-----Postas as duas propostas, A e B a votação, foi a proposta A aprovada com 5 votos a favor do PS, a abstenção da CDU e o voto contra do MICA, tendo a proposta B, sido votada com 5 votos contra do PS, a abstenção da CDU e o voto favorável do MICA.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA PARTICIPAÇÃO NO IRS PARA 2011 - Foi presente a proposta para participação no IRS, pelo Senhor Presidente, designada por proposta A, do seguinte teor:"Em cumprimento do nº 1 e 2 do artº 20º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007 se propõe ao Executivo Municipal para posterior aprovação na Assembleia Municipal a Taxa de 4% como participação do IRS, em 2011.-----

-----Esta proposta leva em consideração o facto de já estar reduzida em relação à taxa máxima permitida por lei (5%) mas também o contexto da Região em que os Municípios estão a aprovar taxas entre os 4% e 5%."-----

-----O Representante do MICA, apresentou a proposta relativa ao assunto, designada proposta B, que passo a transcrever:"De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e de acordo com o previsto no nº 1 e 2 do artº 20º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, propõe para a deliberação da Assembleia Municipal uma participação de 3% do IRS, em 2011."-----

-----Postas as duas propostas a votação, foi a proposta A, aprovada com 5 votos a favor do PS, um voto contra do MICA, e uma abstenção da CDU, tendo a proposta B sido rejeitada com 5 votos do PS, um voto a favor do MICA e a abstenção da CDU.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA DERRAMA PARA 2011 - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta, designada por A:" Considerando que a taxa estabelecida no artº 14 da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, é de 1,5% sobre a matéria tributável em (IRC) para 2011, inferior em quase 1% à que era permitido praticar anteriormente;-----

-----Considerando que a taxa desta receita Municipal apenas incide sobre as actividades económicas que manifestem lucros;---

-----Considerando que esta receita permite ao Município fazer investimentos úteis ao Concelho;-----

-----Propõe-se, que ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Executivo Municipal aprove a taxa de 1,5% com as seguintes condições:-----

-----Nos termos do nº 4 do artº 14 da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2009 que não ultrapasse os 150 mil euros, seja aplicada a taxa de 1,0%.-----

-----NOTA: Esta receita destina-se às seguintes intenções: Pagamento da comparticipação da Câmara na construção do Centro Escolar de Fazendas e nos passeios de Paço dos Negros".-----

-----A proposta a seguir transcrita, proposta B, foi apresentada pelo Senhor Vereador Francisco Maurício, do seguinte teor:"De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002, conjugado com o previsto no artº 14º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, propõe-se para deliberação a aprovação da taxa de derrama de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) para o ano de 2011 para toda a área do Município de Almeirim, com as excepções seguintes:-----

-----Nos termos do nº 4 do artº 14º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2010 que não ultrapasse os 150 mil euros, com estabelecimentos nas Freguesias de fazendas de Almeirim, Raposa, Benfica do Ribatejo e Tapada na Freguesia de Almeirim a taxa será fixada em 0,75% e para os restantes, na mesma situação, na Freguesia de Almeirim a taxa será fixada em 1,0%.-----

-----Nos termos do nº 4 do artº 14º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, conjugado com o nº 2 e 3 do artº 12º, ficam isentos de pagamento de derrama em 2011, todos os sujeitos passivos que iniciaram a sua actividade em 2010 e o seu volume de negócios, em 2010, não ultrapasse os 150 mil euros."-----

-----Postas as duas propostas a votação, foi a proposta A

aprovada com cinco votos a favor do PS, um voto contra do MICA e uma abstenção da CDU, sendo a proposta B rejeitada com cinco votos do PS, um voto a favor do MICA e a abstenção da CDU.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo ditou a Declaração de Voto, respeitante às abstenções relativamente às três propostas acima indicadas.-----

-----"Abstive-me nas três propostas porque não conheço o suficiente do nível de execução financeira da Câmara, nem tenho sequer informação da contabilidade, penso que isto irá penalizar tanto empresas como municípios. Daí a minha abstenção".-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL - Foram presentes pedidos de apoio para passe escolar, todos eles devidamente identificados e contextualizados com informação do Gabinete de Acção Social da Autarquia, bem como com informação da Senhora Vereadora Maria Emília. Os alunos requerentes são:-----

-----Fábio Alexandre Marques Cardoso, residente em Foros de Benfica;-----

-----Regina Isabel Duarte Costa, residente em Foros de Benfica;-----

-----Rodrigo Manuel Leandro dos Santos, residente em Marianos;-----

-----Marina Sofia Leandro dos Santos, residente em Marianos;-----

-----Diogo Miguel Dias Quina, residente em Almeirim;-----

-----Patricia Solange Lopes Lima de Almeida Baptista, residente em Almeirim;-----

-----Diogo Cabral Máximo, residente em Almeirim.-----

-----Para todos os pedidos, foi deliberado por unanimidade apoiar no passe escolar.-----

-----Foi apresentado pelo mesmo Gabinete, também com informação da Senhora Vereadora Maria Emília e ainda o pedido de parecer ao GAS da Drª Sandra Isabelinha, um pedido para frequência gratuita de hidroginástica, em nome de Luciana Maria Oliveira do Carmo

Boavida, residente em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade conceder a frequência gratuita da mesma à requerente.-----

-----PROPOSTA DE LOUVOR - O Senhor Vice Presidente apresentou uma proposta de Louvor a Bruno Leitão, do seguinte teor:"A Selecção Nacional de Atletismo Síndrome de Down, participou no 1º campeonato do Mundo da IAADS realizado no México.-----

-----Para além de se terem tornado Vice Campeões por equipas, os Portugueses trouxeram muitas medalhas.-----

-----Um dos atletas que participou neste campeonato foi o Almeirinese Bruno Leitão, que trouxe duas medalhas de prata e uma de bronze.-----

-----Por este e por outros resultados desportivos anteriores gostaríamos de propor um louvor municipal ao Bruno, como formas de reconhecimento pelos seus feitos em prol do desporto Português.-----

-----Parabéns ao Bruno e a todos aqueles que têm permitido que estes "sonhos" se realizem."-----

-----O Voto de Louvor, foi aprovado por unanimidade.-----

-----CLUBE DE AMADORES DE PESCA DO RIBATEJO - Foi presente o pedido de apoio para participação no Campeonato Mundial de Pesca à Carpa, a realizar entre oito e dez de Outubro, em Inglaterra de José Jacinto e Gonçalo Teodósio.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar cada participante com o valor de 125€, bem como dar dispensa de serviço ao Senhor José Jacinto, funcionário da Autarquia.-----

-----CLUBE DE AMADORES DE PESCA DO RIBATEJO - Presente outro pedido de apoio para participação no mesmo Campeonato, aos senhores Sérgio Pereira e Rui Alves.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar cada um dos

participantes, no valor de 125€.

-----SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - O Senhor Presidente apresentou ao Executivo o pedido de apoio financeiro, da Santa Casa da Misericórdia, para custear a parte remanescente da execução do projecto de segurança contra incêndios. O valor apresentado pela mesma, e segundo orçamento que anexam, da firma Simões Electricidade Unipessoal, Lda, é de 19.884,46 euros.

-----Posto o assunto à consideração do Executivo, foi pelo mesmo deliberado apoiar em sessenta por cento, cujo valor é 11930,68 euros.

-----CIMLT - O Executivo tomou conhecimento da cópia do email da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre as Transferências das Autarquias para o Serviço Nacional de Saúde.

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuídas as actas de 30 de Agosto e 6 de Setembro de 2010, foram ambas aprovadas, com a abstenção do Senhor Presidente relativamente à acta de 6 de Setembro, por não ter participado na reunião.

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.

-----Às dezasseis horas e trinta e cinco minutos foi encerrada a reunião.

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,

que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor
Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica